



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Relações Internacionais**  
**Especialização em Relações Internacionais**

## **RELAÇÃO CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

**Rodrigo Martins Prates**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

**Orientadora: Profa. Dra. Norma Breda dos Santos**

**Brasília, 2012**

## RESUMO

Samuel Huntington explica em sua teoria publicada em 1957 que as relações entre civis e militares devem pautar por um controle objetivo civil, que afaste os militares da política para favorecer a uma profissionalização voltada ao papel essencial de prover a segurança da sociedade em face de ameaças externas. Alfred Stepan, por sua vez, revela o surgimento de um novo profissionalismo na América do Sul, quando os militares se voltam para a segurança interna e se envolvem com a política, ensejando regimes ditatoriais. A redemocratização depende da influência de ações dos militares e do controle do Estado e da sociedade, civil e política. Pelos parâmetros dessas duas teorias, o equilíbrio atual da relação civil-militar no Brasil evidencia o amadurecimento democrático alcançado pelo País, mas não explicam a razão disso. A relação civil-militar evoluiu dessa forma no Brasil em função de um processo histórico, em cuja base há uma tradição de envolvimento da nação em sua defesa, e de identificação da sociedade com as forças armadas. A Estratégia Nacional de Defesa publicada em 2008, último pacto importante na relação civil-militar, considera esse traço da identidade cultural brasileira. Ela orienta os militares no cumprimento de seu papel na defesa da Pátria, bem como apresenta diretrizes para o desempenho de outros papéis não tradicionais. O enfrentamento de novas ameaças configuradas no atual ambiente de segurança internacional exigem, além do controle objetivo do Poder Político sobre as Forças Armadas, coordenação, confiança e conhecimento mútuos entre civis e militares, requisitos não previstos no paradigma tradicional.

Palavras-chave: relação civil-militar, controle civil, defesa nacional.

## **ABSTRACT**

Samuel Huntington explains in his theory published in 1957 that military and civilian relations should be characterized by an objective civilian control, which puts the military away from politics in order to enable a professionalization focused on their main role - providing societal security against external threats. Alfred Stepan, on his turn, reveals the emergence of a new professionalism in South America, when the military turn themselves to internal security and involve themselves with politics, giving way to dictatorial regimes. The re-democratization depends on the influence of military actions, and on civil and political control from both State and society. According to the parameters of these two theories, the present balance in Brazilian civil-military relationship shows the democratic maturity reached by the country, but they do not explain the reasons for this outcome. The civil-military relationship has developed in Brazil due to a historical process, in which basis there is a tradition of nation involvement in its defence and of societal identification with the Armed Forces. The Defence National Strategy published in 2008, last important pact within the civil-military relationship, considers this Brazilian cultural identity trace. It orientates the military in the accomplishment of their role in homeland security, as well as it presents directives to the performance in other non-traditional roles. In order to face the new threats configured in the current international security environment, beyond objective political control over the Armed Forces, coordination, mutual knowledge and trust between civilians and military are demanded. These requirements have not been considered in the traditional paradigm.

Keywords: civil-military relationship, civil control, national defence.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>O PARADIGMA TRADICIONAL.....</b>	<b>6</b>
2.1	A natureza da ideologia militar: a ética profissional militar.....	7
2.2	A relação entre a Oficialidade e o Estado.....	8
2.3	O conceito de controle civil: origem e variações.....	10
2.4	A posição formal e estrutural das instituições militares no governo.....	11
2.5	O papel informal e as influências dos militares na política e na sociedade.....	12
2.6	A natureza das ideologias de grupos não-militares e o equilíbrio do sistema.....	12
2.7	O novo profissionalismo e o controle democrático.....	14
<b>3.</b>	<b>OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....</b>	<b>16</b>
3.1	As origens.....	16
3.2	Os grupos militares.....	17
3.3	Os grupos não-militares.....	18
3.4	Os governos militares.....	21
<b>4.</b>	<b>AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL ATUAL.....</b>	<b>24</b>
4.1	O desencadeamento do processo de democratização.....	25
4.2	A retomada do controle civil democrático.....	26
4.3	Os desenvolvimentos a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END).....	29
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata da evolução da relação civil-militar no Brasil a partir do desencadeamento do processo de democratização do País. Nesse contexto, o termo “militar” é referido às Forças Armadas e ao profissional militar, especialista da guerra e possuidor de uma ética que lhe é peculiar; enquanto o termo “civil” refere-se ao não-militar e ao grupo ou instituição a que se vincula, que pode ter uma dentre múltiplas éticas. Quanto à relação entre eles, apresenta uma dimensão vertical, onde o poder político está em jogo, e uma dimensão horizontal, onde ocorre o relacionamento social e o intercâmbio de cultura e de conhecimento (Gaitán, 2010:47).

O tema do relacionamento entre civis e militares na América Latina corresponde a uma variável crítica da avaliação dos processos de democratização e de modernização dos Estados. Ocorre que o crescente emprego de forças militares em atividades não convencionais é considerado fator de retrocesso nesses misteres. Nos Estados Unidos, esse tema também tem causado controvérsias com envolvimento do setor de Defesa em assuntos de segurança interna e o uso das Forças Armadas no exterior em papéis que não lhes são afetos.

O propósito deste artigo é analisar a evolução recente da relação civil-militar no Brasil à luz do paradigma tradicional<sup>1</sup> e identificar os limites desse referencial para explicar o fenômeno. De acordo com esse paradigma, dois aspectos são essenciais na relação civil-militar - o controle civil e o papel do militar -, que decorrem basicamente de duas premissas, ancoradas na visão realista das relações internacionais e no conceito de segurança internacional correspondente. Recorde-se que nessa visão, o Estado é o ator dominante, unitário e racional; todos Estados se comportam igualmente, lutando pela sobrevivência numa lógica de confrontação de poder (militar) com os demais Estados. Em consequência, cada Estado deve zelar por sua própria segurança em face das ameaças representadas pelos outros Estados.

A primeira premissa é de que os Estados precisam usar da violência para enfrentar as ameaças (sempre externas), o que ocorre no contexto das guerras; e para isso contam com o poder militar como instrumento. A segunda premissa é de que a guerra alcançou tal complexidade a partir do século XIX que é necessário ser travada por profissionais. Com a profissionalização, distinguiu-se uma ética militar imutável no tempo e no espaço, que nem sempre se harmoniza com a ética do grupo civil dominante.

---

<sup>1</sup> Refere-se à teoria exposta por Samuel Huntington em sua obra “*O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*” publicada em 1957, e os desenvolvimentos subsequentes.

Ocorre que o ambiente internacional mudou drasticamente após o fim da Guerra Fria. Configurou-se um cenário difuso de novas ameaças, não relacionadas diretamente aos Estados, como o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, que contam com meios como armas de destruição de massa e vetores cibernéticos. Questões relacionadas à política, economia, sociedade e meio-ambiente, como falência de Estados, escassez de recursos – água, energia e alimentos -, migrações descontroladas, pandemias e desastres naturais entraram na agenda de segurança internacional.

A visão realista já não é suficiente para explicar essa realidade, abrindo espaço para a teoria liberal/institucionalista e para abordagens construtivistas. Os Estados já não são necessariamente os atores dominantes. No primeiro caso, admite-se a cooperação entre os atores através de instituições e regimes, e é considerada a interdependência entre os Estados. No segundo caso, a identidade cultural dos atores, com seus valores, crenças e normas, passa a ser importante na medida em que influi na construção das políticas e das próprias ameaças.

Nesse novo cenário, as Forças Armadas são chamadas a assumir novos papéis, e o conceito de controle civil precisa ser ampliado. O paradigma tradicional encontra seus limites como base explicativa da relação civil-militar, mas não pode ser desprezado, pois corresponde ao instrumental mais completo e coerente à disposição dos analistas do assunto.

Por isso mesmo, este artigo é iniciado com uma síntese da teoria de Huntington e aspectos essenciais de um desenvolvimento teórico julgado representativo – de Alfred Stepan – delineando o que chamamos de paradigma tradicional. Em seguida, são analisados os antecedentes históricos do fenômeno no Brasil, considerando que as relações entre civis e militares neste País foram construídas ao longo de sua história, em função da peculiar formação da nacionalidade brasileira. Finalmente, é examinada a evolução a partir do desencadeamento do processo de democratização no Brasil, sob a influência de novo ambiente internacional e das visões e ações dos atores envolvidos. Conclui-se sobre a situação atual da relação civil-militar no Brasil, sob o paradigma tradicional e além dele.

## 2. PARADIGMA TRADICIONAL

As teses formuladas por Huntington (1996) para explicar a relação civil-militar, apesar de terem sido publicadas pela primeira vez há quase 60 anos, ainda correspondem à única teoria nesse campo aceita de forma geral pelos estudiosos. Poucos foram os desenvolvimentos teóricos desde então.

O autor parte do pressuposto de que a relação civil-militar deva ser estudada como um sistema, composto por elementos interdependentes: a posição formal e estrutural das instituições militares no governo; o papel informal e as influências dos militares na política e na sociedade; a natureza da ideologia de grupos militares; e a natureza das ideologias de grupos não-militares. Esse sistema envolve complexo equilíbrio entre ideologia, autoridade e influência de grupos militares com ideologia, autoridade e influência de grupos não militares. Um determinado tipo de equilíbrio do sistema maximizaria a segurança militar da sociedade, sendo possível fazer mudanças nos componentes do sistema nesse sentido (Huntington, 1996:16-17).

A relação entre civis e militares, segundo Huntington, é um dos fatores da Política de Segurança Nacional, aquela que visa a fortalecer a segurança das instituições nacionais contra ameaças de outros países independentes. Essa Política se apresenta sob três formas – Segurança Institucional, Segurança Interna e Segurança Militar –, e dois níveis – operacional e institucional – relativos, respectivamente, aos meios e ao como a política operacional é formulada e executada. A Política de Segurança Institucional visa às ameaças decorrentes de fatores econômicos, sociais, demográficos e políticos que possam reduzir o poder relativo do Estado; a Política de Segurança Interna, visa às ameaças intra-fronteiras, a de Segurança Militar visa às ameaças externas. A relação civil-militar é a principal componente institucional da Política de Segurança Militar, e influenciando suas questões operacionais, seja quantitativas – como a definição dos efetivos, o recrutamento e os recursos que o Estado disponibilizará para os militares –, seja qualitativas – como a organização, a composição, o desdobramento, a articulação, o dispositivo, o equipamento, o armamento, os programas com aliados e definição das hipóteses de emprego (Huntington, 1996:19-20).

Nesse contexto, as Forças Armadas estarão condicionadas, de um lado, pelo imperativo funcional, das ameaças à nação, e de outro, pelo imperativo societário, decorrente das forças sociais, das ideologias e das instituições dominantes da sociedade. Deste modo, o ponto de equilíbrio da relação civil-militar depende da interação entre a segurança exigida e os valores da

sociedade, e está centrada na relação entre a oficialidade, que dirige e é responsável pela estrutura militar, e o Estado, que dirige a sociedade e é responsável pela distribuição de seus recursos. (Huntington, 1996:20-22)

Em síntese, o estudo da relação civil-militar, segundo Huntington, exige uma análise dos componentes de um sistema complexo e das interações que nele ocorrem, com ênfase para o exame do componente militar, particularmente da oficialidade.

## **2.1 A natureza da ideologia militar: a ética profissional militar**

Os oficiais integram um corpo profissional que, como qualquer outro, requer especialização, responsabilidade social e senso de unidade orgânica. Porém, a profissão militar tem especificidades que a distinguem de todas as outras. A especialização requerida é extremamente complexa – a capacidade de administrar a violência – que exige, além das habilidades técnicas, uma cultura abrangente para compreender atitudes e motivações humanas. Daí, ser necessário que o oficial dedique um terço da vida profissional à escolaridade formal e que sua carreira apresente exigências especiais de acesso, um sistema educacional peculiar e, critérios próprios de ascensão profissional, incluindo o sistema de Estado-Maior (Huntington, 1996:25-38).

A responsabilidade inerente à profissão militar impõe um amor técnico por sua habilidade e um senso de obrigação social, que explicam o desenvolvimento do espírito de corpo, de mentalidade e ética próprias, e exigem dedicação integral. Em contrapartida, a sociedade deve lhe compensar com pagamento digno, no serviço ativo e na inatividade (Huntington, 1996:25-36).

No modelo prussiano do século XIX, citado como exemplo, o conceito de profissionalismo está ligado ao de “nação em armas” – Exército Nacional, com o corpo de oficiais, onde se destaca o Estado-Maior Geral, a elite da oficialidade, e o caráter de massa, conferido pela instituição do serviço militar obrigatório (Huntington, 1996:55-57). Nesse modelo, uma peculiaridade é enaltecida, do soldado ao general: a ausência da obediência mecânica e servil aos superiores e a ampla liberdade de ação dada ao indivíduo enquanto atue dentro de sua esfera de responsabilidade e no contexto da vontade coletiva (Huntington, 1996:69).

O conceito de “mentalidade militar” é examinado sob o ponto de vista das atitudes que lhe são inerentes, incluindo os valores e a visão militar. É definido um padrão constante no tempo e no espaço, que independe de mudanças nas técnicas ou nas armas, como um tipo ideal

weberiano, modelo referenciado como a “ética profissional militar”, identificável pela visão de mundo e posicionamentos inerentes (Huntington, 1996:77-81).

O conflito é o padrão universal. A violência está enraizada na natureza do homem, que é egoísta, motivado por ímpetos de poder, riqueza e segurança. Tem predicados de bondade, de força e de razão, mas é também mau, fraco e irracional. O homem da ética militar é, por essência, o homem de hobbesiano.

O Estado-nação é a unidade básica e a forma suprema de organização política. Os Estados independentes estão em permanente competição, e esta é a razão de ser da profissão militar, pois o problema da segurança militar nunca é plenamente resolvido. A guerra é sempre provável e inevitável. Tratados, lei internacional, arbitragem internacional, a Corte de Haia e as Nações Unidas são insuficientes para alcançar a paz. Para conseguir suas demandas pela diplomacia, um Estado precisa de poder e vontade de apoiá-la pela força.

Cabe ao militar calcular as ameaças com a máxima precisão e, diante da possibilidade de um erro de avaliação, é preferível, por questão de responsabilidade profissional, exagerar na ameaça.

Em face dos perigos enfrentados pela segurança nacional, a Política deve contemplar a expansão e o fortalecimento das Forças Armadas, reservar maior quota no orçamento nacional para a Defesa, dar preferência a tropas regulares em detrimento das forças de reserva, aos estoques de armamento às fábricas capazes de produzi-lo, força real à força latente, mantendo ampla variedade de armas e forças.

A guerra é uma intensificação das ameaças à segurança militar, causando mais transtorno às instituições militares do que a quaisquer outras. Apesar de essencialmente inevitável, ela deve ser encarada como último recurso. O militar termina sendo vítima das fomentações de guerra por parte dos civis. Os políticos e o povo, a opinião pública e os Governos dão início às guerras, mas são os militares que vão travá-las. O mesmo político que corteja as boas graças do público através de cortes orçamentários no setor militar, vai preconizar uma política externa que exige o emprego militar. Por isso, o militar se opõe veementemente a tais atitudes irresponsáveis (Huntington, 1996:81-97).

## **2.2 A relação entre a Oficialidade e o Estado**

A profissionalização do Oficial surgiu da necessidade crescente de especialização a partir do século XIX. Até então, a mesma pessoa podia ser simultaneamente qualificada como político

e militar. Napoleão foi um exemplo desse fenômeno. Com a divisão de trabalho decorrente da profissionalização, sobreveio a separação e a tensão entre as esferas civil e militar, ao ponto de a relação do técnico militar com o político se tornar um problema para o Estado moderno (Huntington, 1996:38). Partindo da premissa de que é impossível ser um perito na administração da violência e, ao mesmo tempo, entender de política e de negócios de Estado, ou saber empregar a força para a manutenção da ordem interna, as funções do Oficial são diferentes da do político e do policial, impondo o reconhecimento dos limites de sua competência profissional (Huntington, 1996:49-50).

A relação estadista-militar é imprecisa, mas deve atender a alguns princípios. O estadista deve aceitar os julgamentos do profissional militar na estratégia, na tática e na logística. Por outro lado, a definição política das metas de um programa de governo está além da competência militar.

Cabe ao estadista proporcionar o elemento dinâmico e objetivo à política estatal, e ao militar, os meios passivos e instrumentais. A relação entre as metas políticas e os meios militares afeta diretamente a segurança militar. Por isso, cabe ao militar advertir o estadista quando os propósitos deste estiverem além de seus meios, opondo-se a uma ação precipitada.

O militar tem basicamente três responsabilidades perante o Estado: a função representativa de postular as reivindicações da segurança militar em relação a outras potências, a função consultiva de analisar e relatar as implicações de linhas de ação sob a ótica militar e, finalmente, pôr em execução as decisões do Estado relativas à segurança nacional, ainda que contrarie radicalmente sua opinião. Há naturalmente uma superposição entre a política e a estratégia, e, nesse campo, os chefes militares devem atentar para as implicações de suas atitudes, e aceitar as decisões finais dos governantes.

As Forças Armadas precisam estar distantes do conflito político e da luta de classes. É preciso que haja uma única fonte de autoridade legítima sobre elas, uma só instituição governamental formalmente aceita que canalize a influência política (Huntington, 1996:53-54, 81-97).

Como a direção política só pode vir da cúpula, as Forças Armadas têm de se estruturar hierarquicamente, de modo que quando um militar recebe uma ordem legal de um superior autorizado, ele não discute, nem hesita, obedecendo leal e instantaneamente, independentemente de sua própria opinião. Assim, ele não pode ser julgado pelas políticas que implementa, mas pela

eficiência com que as executa. Entretanto, há limites para a obediência militar. Padrões profissionais podem justificar a desobediência militar, pois não cabe ao governante, por exemplo, decidir sobre a conduta de batalhões em combate. O militar só acata ordens de autoridades legitimamente constituídas e, eventuais dúvidas podem ser dirimidas com recurso ao poder Judiciário. Se isso não for possível, por premência de tempo ou pela dúvida quanto à legalidade do próprio Judiciário, o militar estudará a lei aplicável à situação e tomará sua própria decisão. Igualmente, se duas pessoas alegam ser o governante legitimamente constituído, o militar terá de fazer sua opção política. Finalmente, não se cumpre ordens que afetem a moralidade básica, pois o estadista e o soldado são iguais na faculdade de julgar e aplicar padrões éticos, e ambos são livres e moralmente responsáveis por seus atos, embora seja razoável admitir que o militar, salvo casos extremos, se apegue à sua ética profissional e obedeça.

### **2.3 O conceito de controle civil: origem e variações**

Huntington justifica a necessidade do controle civil sobre as Forças Armadas com a teoria de Clausewitz, expressa na obra *Von Kriege*. O elemento básico dessa teoria é o conceito da dupla natureza da guerra e o papel do soldado.

Por um lado, a guerra é uma ciência autônoma, com métodos e objetivos próprios. Como tal, ela não aceita limitações. Por outro lado, a guerra não é um ato isolado pois seus propósitos são externos a ela. Ela é instrumental, estando subordinada a fins políticos que condicionam a violência a ser empregada. Por isso mesmo, a lógica da guerra, que é traduzida por um Objetivo Político de Guerra, se encontra fora do contexto da mesma.

Ora, enquanto atividade autônoma, a guerra exige que seus operadores desenvolvam sua especialidade sem interferências. Nessa condição, as ações militares só podem ser avaliadas segundo critérios militares. Porém, o julgamento dos fins para os quais as ações militares são empregadas extrapola a competência do corpo militar. Cabe ao estadista a responsabilidade pela conduta da guerra, pois a política cria a guerra e dela se vale como instrumento. Daí, ser um absurdo subordinar o ponto de vista político ao militar. Portanto, da mesma forma como a guerra se subordina à política, o soldado se subordina ao estadista (Huntington, 1996:73-76).

O controle civil pode ser estabelecido pela maximização do poder civil ou pela neutralização política dos militares. A primeira hipótese, que Huntington denomina controle civil subjetivo, impõe, na prática, a prevalência de um grupo civil, com seus princípios e interesses, sobre os demais. Esse grupo pode ser uma instituição governamental ou uma classe social. Os

grupos militares predominantes são cooptados por esse grupo, descaracterizando a esfera militar autônoma. Os militares são progressivamente envolvidos na política – institucional ou classista -, se afastando do profissionalismo militar autônomo.

A segunda hipótese, denominada controle civil objetivo, ocorre pela profissionalização dos militares. Corresponde à antítese da participação dos militares na política. Enquanto o poder político dos militares é reduzido ao nível mais baixo, é promovida a ascensão da profissão militar. As Forças Armadas são valorizadas como instrumento do Estado, ficando à disposição de quem detenha a autoridade legítima.

O controle civil objetivo corresponde ao tipo de equilíbrio da relação civil-militar que induz a maximização da segurança militar a uma dada sociedade. Contudo, a insistência de grupos civis em fazer prevalecer seus interesses e princípios dificulta a concretização desse tipo de controle (Huntington, 1996:99-104).

#### **2.4 A posição formal e estrutural das instituições militares no governo**

A posição formal (legal) do corpo de oficiais na estrutura de governo define sua autoridade na sociedade, que pode ser analisada pelos critérios de nível, unidade e alcance em relação a grupos não-militares.

Na medida em que seja reduzido a níveis subordinados na hierarquia governamental, o controle exercido sobre os militares aumenta. O menor nível de autoridade ocorre quando nenhuma instituição civil lhe é subordinada. Se ao mesmo tempo nenhuma outra instituição possui autoridade sobre ele, caracteriza-se a independência militar, com duas estruturas paralelas, uma civil e outra militar, e com o corpo de oficiais se reportando diretamente ao “soberano”. Usualmente, se estabelece o controle ministerial, interpondo-se um único nível de autoridade – o ministério civil - entre o soberano e o corpo de oficiais.

A autoridade relativa dos grupos varia também em função do ponto em que estejam estruturalmente unificados. Assim, a autoridade do corpo de oficiais tenderia a aumentar em relação a outras instituições governamentais quando unificados sob a chefia do Estado-Maior Geral ou do Comandante-em-Chefe.

Finalmente, o corpo de oficiais pode estar formalmente autorizado a interferir apenas em assuntos militares ou exercer autoridade em outras áreas temáticas.

## **2.5 O papel informal e as influências dos militares na política e na sociedade**

A influência política e comportamental do corpo de oficiais sobre a sociedade pode ser avaliada segundo quatro aspectos. O primeiro se refere à interação das associações de oficiais com a sociedade. A origem social e geográfica, os vínculos com determinados setores industriais ou comissões parlamentares, ou a concentração de oficiais da reserva em alguns setores de atividade ou áreas geográficas reforçaria a influência dos militares sobre certas regiões, classes sociais ou setores de atividades.

O segundo está relacionado aos recursos humanos e econômicos sujeitos a autoridade militar, como o número de indivíduos que prestam serviço às Forças Armadas ou a proporção do produto nacional dedicado a fins militares.

A interpenetração hierárquica nas estruturas é o terceiro aspecto, indicando que a influência aumenta quando oficiais assumem postos em estruturas civis e diminui quando civis ocupam postos na estrutura militar.

Pode-se aquilatar, ainda, a influência dos militares pela sua imagem junto à opinião pública e pelas atitudes de categorias da sociedade para com os militares.

## **2.6 A natureza das ideologias de grupos não-militares e o equilíbrio do sistema**

Enquanto a ética profissional militar é única, universal e permanente, há diversas éticas civis, que podem ser identificadas por uma de suas manifestações – a ideologia política, definida como o conjunto de valores e atitudes orientados em torno dos problemas de Estado. Huntington analisou quatro, julgadas mais representativas da cultura ocidental – o liberalismo, o fascismo, o marxismo e o conservadorismo –, focando sua compatibilidade com a ética militar.

O liberalismo é desfavorável a armamentos e exércitos permanentes por considerá-los uma ameaça à paz e ao governo constitucional. Os profissionais militares são vistos como retrógrados, incompetentes e avessos à importância da economia, da moral e da ideologia. As idéias liberais devem ser incorporadas às instituições militares. A Defesa nacional é responsabilidade de todos e, em caso de guerra, o Estado irá lutar como uma “nação em armas”, utilizando exércitos de cidadãos ou milícias populares. Portanto, há muitas incompatibilidades entre o liberalismo e a ética militar.

Quanto ao fascismo, há algumas semelhanças, mas também há uma diferença fundamental. Enquanto o militar aceita a luta como algo inerente às relações humanas, o fascista glorifica-a. O fascista cultua o poder em si mesmo, e o Estado, como algo supremo. Semelhante ao liberal,

acredita na guerra total, nos exércitos de massa e na obrigatoriedade de todo cidadão se tornar soldado.

A visão marxista do homem é de que ele é naturalmente bom e racional, sendo corrompido pelas instituições. Assim como o militar, vê luta por toda parte, porém, sempre caracterizada a luta de classes, com os acontecimentos determinados pelas forças econômicas. Como os liberais, insiste em incorporar idéias não-militares às instituições militares, acreditando que as Forças Armadas possam estar a serviço de interesses de uma ou outra classe.

O conservadorismo não aplica as mesmas idéias a todos os problemas, admitindo grande variedade de valores e metas. Em consequência, não tem um modelo político-ideológico para impor às instituições militares, e não é impellido por uma lógica a entrar em conflito com os valores militares, decorrentes da função militar. Por isso, diferente das demais visões, o conservadorismo seria semelhante e compatível com a ética militar. (Huntington, 1996:104-113)

O equilíbrio da relação civil-militar varia segundo a compatibilidade entre a ideologia predominante na sociedade e a ética militar, afetando simultaneamente a distribuição de poder entre grupos civis e militares, e o grau de profissionalismo militar, do qual depende a segurança militar da sociedade.

Se a ideologia predominante na sociedade for inerentemente antimilitar (como o liberalismo, o fascismo e o marxismo), o militar só adquire poder político aderindo valores dessa ideologia e sacrificando o profissionalismo. Para maximizar o profissionalismo, os militares precisam renunciar à autoridade e à influência, vivendo uma vida modesta e isolada da sociedade em geral. Por outro lado, se a ideologia for favorável, os militares podem desfrutar de maior poder e influência sem prejuízo do profissionalismo. Assim, o preço a pagar pelos militares depende da brecha entre a ética militar e a ideologia dominante na sociedade.

Como a relação entre ideologia, poder e profissionalismo é dinâmica, refletindo mudanças de opinião, de pensamento e as ameaças à segurança nacional, essa brecha pode ser reduzida, sobretudo pela transformação da ideologia.

Em toda profissão é normal que haja uma tensão entre as aspirações profissionais inerentes e a política, mas no caso da profissão militar, essa tensão é elevada ao mais alto grau, pois está relacionada à própria sobrevivência do Estado. O corpo de oficiais, tendo essa consciência, se vê diante de um dilema. O envolvimento político pode atender aspirações funcionais e corporativas temporariamente, mas traz em si a semente da decadência profissional. O não envolvimento

político e o sacrifício corporativo não da assegura um atendimento funcional satisfatório (Huntington, 1996:113-115).

## **2.7 O novo profissionalismo e o controle democrático**

A multiplicação de governos militares na América Latina a partir da década de 60, e a onda de liberalização e democratização a partir do final dos anos 70 revelaram aspectos novos nas relações entre civis e militares, que foram apreendidos por Stepan (1986) em seu estudo sobre a política dos militares em relação ao Estado, representando um desenvolvimento do paradigma tradicional estabelecido por Huntington 30 anos antes.

Para sua análise, Stepan distingue 3 arenas na *polis* moderna. A sociedade civil é representada pelos movimentos sociais – como associações de bairro, grupos religiosos, movimentos de mulheres e correntes de intelectualidade –, e organizações de classe – como advogados, jornalistas e sindicatos – que se empenham na expressão e promoção de seus interesses. A sociedade política é representada pelos partidos políticos, eleições, lideranças políticas, alianças interpartidárias e casas legislativas, sendo o meio pelo qual a sociedade civil se constitui politicamente e busca controlar o poder público e o aparelho estatal. A arena estatal é o sistema administrativo, legal, burocrático e coercitivo que visa a estruturar as relações entre a sociedade civil e o poder público, inclusive os relacionamentos no interior da sociedade civil e política (Stepan, 1986:9-10).

O autor identifica um novo profissionalismo militar que se confronta com o velho. Mudanças no conteúdo do profissionalismo alteraram o papel dos militares na *polis*, contrariando a visão anterior de que o aumento do profissionalismo levaria à formação de um militar apolítico<sup>2</sup> (Stepan, 1986:21). Com o novo profissionalismo, a função dos militares passa da segurança externa para a interna, se tornando ilimitada e requerendo dos mesmos uma capacitação política interrelacionada à militar. Os militares se politizam e segmentos da sociedade passam a questionar a legitimidade do governo (Stepan, 1986:22-23). O novo profissionalismo leva à implantação de regimes burocráticos-autoritários e à expansão do aparato de Segurança Interna. Note-se que, em que pese o propósito do novo profissionalismo de fazer face a ameaças ao Estado e à sociedade, sejam elas genuínas ou construídas, suas condicionantes remetem ao conceito de controle civil subjetivo proposto por Huntington.

---

<sup>2</sup> A “ideologia da segurança nacional”, assim designada por autores como Joseph Comblin e Manuel Antonio Garretón, empresta o suporte teórico à expansão do papel dos militares na *polis*.

Com o fim da Guerra Fria, esgotam-se os regimes burocrático-autoritários e, com eles, o novo profissionalismo. Stepan desenvolve, a partir da perspectiva das relações civis-militares e da teoria democrática, uma “análise da dimensão das ações especificamente militares que podem sustentar – ou prejudicar – a consolidação de uma *polis* democrática” (Stepan, 1986:82). Substitui o conceito de controle civil pelo de controle democrático da Forças Armadas e dos sistemas de informações, descrevendo o papel de cada uma das 3 arenas da *polis* moderna nesse novo equilíbrio das relações civis-militares.

A sociedade civil precisa se debruçar sobre o estudo formal das organizações militares e matérias de relações internacionais, como a geopolítica, chegando a sociologia militar e a estratégia militar. É preciso aumentar a produção acadêmica sobre a temática e disponibilizar especialistas em questões militares aos jornais, televisão e semanários. Conhecimentos sobre a estrutura, força, estilos organizatórios, questões orçamentárias, formação doutrinária e detalhes específicos de sistemas de armamentos são indispensáveis à criação da função supervisora da sociedade política, em especial no poder legislativo, sobre os militares e o sistema de informações.

Na sociedade política, comissões permanentes no Legislativo ou nos gabinetes de governo devem supervisionar e monitorar rotineiramente os militares e o sistema de informações, contando com quadros de especialistas. Essa interação de rotina ajuda a reduzir a ignorância que líderes militares e políticos têm uns dos outros. O apoio de profissionais tende a eliminar a paranóia da interferência política nas atividades profissionais.

Na arena estatal, cabe moldar mecanismos democráticos de controle viáveis, bem como a difícil tarefa de (re)estruturar a corporação militar e o sistema de informações, tornando-os ao mesmo tempo eficientes e condizentes com o regime democrático. Não é preciso ter militares em cargos políticos, e sim que os interesses profissionais militares tenham representação no governo democrático. Além disso, é necessário que haja um sistema de troca mútua de informação e de queixas que contribua para “diminuir a tendência do pêndulo alternar violentamente das aspirações militares radicais por um controle total do aparelho do estado para as fantasias civis liberais de total isolamento dos militares” (Stepan, 1986:102-108).

### 3. OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As percepções e as atitudes entre grupos militares e não-militares, que afetam hoje a constituição e o funcionamento do sistema proposto por Huntington (1996), se construíram ao longo da história, a partir de raízes bem recuadas no tempo. Embora os limites deste artigo impeçam o aprofundamento no tema, sua abordagem de forma resumida é importante para o entendimento do fenômeno.

#### 3.1 As origens

A tradição brasileira de “povo em armas”<sup>3</sup> remonta aos ancestrais pelo tronco português, ao início da era cristã: os lusitanos, habitantes da faixa oeste da península ibérica. Contrastando com os demais povos ibéricos, demonstraram resiliência, coesão, espírito nacional e, principalmente, uma atitude francamente política na contenção dos invasores romanos, no contexto da expansão do império. Essa reação a Roma facilitou-lhes o desenvolvimento das virtudes coletivas, sendo reconhecido o efeito dos motivos exteriores para orientar a ação interna dos grupos sociais. Ofereceram igual resistência a sucessivos invasores, sempre impondo sua identidade. Foram os primeiros a reagir contra os mulçumanos, expulsando-os ainda no século XIII e se tornando Estado-Nação antes de todos os outros. Desenvolveram a capacidade de se mobilizar e resistir em face de agressões externas. Nessa tradição, observa-se o brotar precoce do sentimento nacional, da noção de soberania e do senso político (Bonfim, 1929:23-27).

Dos ibéricos, por influência do longo domínio árabe, adviria também a tradição patrimonial. Nesse modelo, o Estado se constitui a partir do alargamento do poder pessoal do soberano, donde decorrem administrações onde o público é tratado como se fosse privado, a perda do sentido da coisa pública, o clientelismo, e o Estado mais forte do que a sociedade, combinando uma forma de legitimação do exercício da força tendente a eleger “protetores da comunidade” como líderes políticos, com um tipo imperfeito de relação Estado-sociedade.

Ambas as tradições se manifestaram na colônia portuguesa. De um lado, afirmou-se a solidariedade nos colonos em face das invasões francesa, inglesa ou holandesa. De outro lado, a partir do sistema das Capitânicas Hereditárias, a sociedade rural se desenvolveu polarizada em torno de clãs que a conduziu a tendências desagregadoras e de indisciplina. Os senhores patrimoniais e seus herdeiros reforçou-se o individualismo, em contraste ao espírito coletivo.

---

<sup>3</sup> Do francês *levée en masse*, refere-se à participação popular na defesa territorial (MHN, 1996)

### 3.2 Os grupos militares

A formação de oficiais iniciou-se com a criação da Academia Real Militar em 1808. Tropas luso-brasileiras foram empregadas na invasão da Guiana Francesa. Assim, no momento da Independência, já estava praticamente instituído um Corpo de Oficiais. No contexto das lutas da Independência, surgiu Luiz Alves de Lima e Silva, o Caxias. Como profissional militar, participou, organizou e liderou campanhas, internas e externas, de pacificação de rebeliões nas províncias e de manutenção da integridade territorial. Coerente com a tradição patrimonial, Caxias percebeu no Imperador a autoridade a ser prestigiada, essencial à sobrevivência da Pátria. Conciliou a condição de soldado à de cidadão, equilibrando atividades políticas e militares, sendo eleito patrono do Exército Brasileiro por representar com fidelidade os militares e seus valores.

O Exército imperial se identificou cada vez mais com as classes populares. Oficiais e praças pertenciam à classe média, e os soldados, à classe baixa. Os filhos das classes abastadas não serviam ao Exército, preferindo, quando fosse o caso, servir na Guarda Nacional<sup>4</sup>. A partir da Guerra do Paraguai (1860-65) e em função dessa experiência, os oficiais passaram a experimentar crescente sentimento de superioridade cívica em relação à sociedade, identificando o valor do Exército e o papel que “deveriam” desempenhar.

O positivismo veio a dar consistência a esse sentimento. Uma das correntes dessa doutrina filosófica foi interpretada por Benjamin Constant, seu maior propagador na Escola Militar, que contagiou os jovens cadetes com seu espírito progressista. Como primeiro Ministro da Guerra, expediu o regulamento de ensino cujo artigo primeiro sintetizava as idéias instiladas e entranhadas na mente da oficialidade:

“É de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar o ensino nas escolas militares, de modo a atender os grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente humanitária e moral que, no futuro, está destinado aos exércitos no continente sul-americano.” (BRASIL, 1890).

Benjamin Constant foi responsabilizado pela politização dos oficiais, mas também pelo péssimo nível operacional das tropas, evidenciado nas ações do Exército nas campanhas do Contestado e de Canudos.

---

<sup>4</sup> A Guarda Nacional foi criada em 1831.

A reação de profissionalização foi iniciada pelos “jovens turcos”<sup>5</sup>, mas ainda sem perda da consciência (na oficialidade) do “papel civilizatório” do Exército, o que é registrado no editorial do primeiro número da revista *A Defesa Nacional*, por eles redigida, nos seguintes termos: “Exército – única força verdadeiramente organizada [...] fator decisivo de transformação política e social [...] função educativa e organizadora [...] fator poderoso de formação e transformação de uma sociedade” (*A Defesa Nacional*, 1913:1-2).

As circunstâncias históricas levaram à participação ativa dos militares na vida política. O tenentismo, nos anos 1920, pode ser entendido nesse contexto, com o reparo de que não se estabelecia por isso uma relação harmoniosa com a elite política, nem os tenentes se imiscuíram em política partidária.

A participação brasileira na II Guerra Mundial balizou para as instituições militares a retomada da ênfase na profissionalização. A trajetória do presidente Castelo Branco é representativa desse momento. Com base em sua experiência como Oficial de Operações na Força Expedicionária Brasileira, aperfeiçoou a formação técnico-profissional do Oficial de Estado-Maior do Exército Brasileiro. Ironicamente, Castelo Branco iria liderar o Movimento de 1964, experimentando contradição semelhante à que viveu Deodoro da Fonseca na proclamação da República: sendo legalistas e, no caso de Castelo, adepto ao profissionalismo militar, ambos se viram na contingência de protagonizar o envolvimento das Forças Armadas no processo político. Note-se que o envolvimento dos militares na vida política republicana foi legitimado pela sociedade política ao ser consubstanciado nas constituições de 1891, 1934 e 1946 (Stepan, 1986:83).

### **3.3 Os grupos não-militares**

Coerente com as raízes históricas, a sociedade se dividiu, de acordo com a atitude perante os militares, em dois grupos: o primeiro, favorável, tendente ao solidarismo da tradição de “nação armada”, e o segundo, desfavorável, marcado pelo individualismo.

Durante o período colonial, as milícias corresponderam melhor à tradição de “nação armada”<sup>6</sup>, contrastando com a atuação das tropas portuguesas, que era vinculada à repressão das

---

<sup>5</sup> Assim foi denominado um grupo de oficiais que, de viagem à Europa, trouxe a influência da doutrina alemã. No esforço de profissionalização, o Exército Brasileiro contou, ainda, com a contratação da Missão Francesa e, posteriormente, com a cooperação norte-americana.

<sup>6</sup> Entendida como a coesão em torno da defesa da terra, correlata à expressão “povo em armas” citada na página 14.

fraudes ao fisco, ao serviço de guarda pretoriana dos vice-reis, e ao violento processo de recrutamento para o serviço na tropa (Coelho, 2000:49).

No período imperial, a prática do recrutamento forçado e a utilização do castigo físico agravaram nas camadas populares os estereótipos negativos dos militares e da organização militar. A percepção do povo em relação ao Exército começou a mudar a partir da Guerra do Paraguai, quando assumiu um caráter nacional. O ambiente de militarização mundial nas primeiras décadas do século XX catalisou o processo de identificação das Forças Armadas com o povo.

Os governantes, de um modo geral, variaram suas atitudes de acordo com as pressões que receberam e da liberdade de ação que as circunstâncias políticas ditaram. Serve como exemplo a postura de D. Pedro I no momento seguinte à proclamação da independência. Diante das disputas regionais de poder, o Imperador não desejava ver esfacelado o Império, a exemplo do que vinha acontecendo com a colônia espanhola, e divergia dos pontos de vista das oligarquias rurais a respeito da formação de um exército nacional. Entretanto, foi surpreendente sua claudicância em constituir uma força armada de caráter permanente, por menor que ela fosse. Enquanto houve problemas externos que justificassem a existência de um exército organizado, como foi durante a Guerra Cisplatina, conseguiu contrapor-se à oposição das oligarquias regionais. Tão logo essa terminou, os efetivos do Exército foram reduzidos pela metade (Menezes, 1997:54).

As manifestações de alguns intelectuais, líderes políticos e outros representantes da classe média urbana atestam o posicionamento de parcela considerável das elites civis favorável à participação proeminente dos militares na vida nacional. Nos momentos que antecederam a proclamação da República, Rui Barbosa assim expressou seu ponto de vista:

“Uma prevenção malévola incha de maquinações temerárias o ânimo do Governo contra o Exército e a Armada. Quanto mais a população se aproxima dessas classes [...] quanto mais a força armada se retempera nas fontes vivas da evolução nacional, tanto mais profunda se acentua, nas influências que hoje dominam e absorvem a Coroa, a desconfiança nesse elemento de paz, de segurança, de liberdade. Enquanto noutros países a realeza se compraz, se expande e se revê no desenvolvimento dos exércitos de mar e terra, buscando fazer deles um laço indissolúvel entre a Monarquia e a nacionalidade, aqui, ...” (citado por Menezes, 1997: 58)

Após a proclamação da República, Joaquim Nabuco identificou a instituição militar como herdeira e única capaz de resgatar a tradição de coesão nacional em face da crise:

“No dia em que se proclamou a República, podia-se perceber que a nação queria um governo militar, para poder manter a unidade porque o espírito militar prevalecia de um canto a outro

do país, vale dizer, tinha amplitude nacional, e porque era preciso manter parte da antiga tolerância, já que o Exército está acima das ambições pessoais que se expressam nas lutas partidárias e que, sem a monarquia, iriam conduzir o país para o barbarismo.” (citado por Hayes, 1991: 79)

Raymundo Faoro (2001) acrescentaria ao comentário de Nabuco que o Exército “tornou-se o repositório da tradição centralista no Brasil” (citado por Hayes, 1991: 79).

Na campanha cívica liderada por Olavo Bilac a partir de 1915, aplaudido por diversos públicos, inclusive da Academia<sup>7</sup>, ele defendeu a necessidade de “instrução militar e de Exército nacional para a defesa do nosso território e da nossa civilização.” Para ele, o Exército nacional seria “a própria nação composta de cidadãos-soldados, em que cada brasileiro seja o próprio Exército e o Exército seja todo o povo” (citado por Bilac, 1965:125-137). Dizia que abominava o militarismo, mas apontava o serviço militar obrigatório como essencial para a superação do insolidarismo e para promover a coesão nacional (citado por Bilac, 1965:138).

As oligarquias regionais e seus descendentes representam a outra parcela da sociedade. Formadas na tradição patrimonial, desde muito cedo, visualizaram um projeto de autonomia, que ganhou substância com a implantação das ideias liberais provenientes da Europa. Confrontaram-se sucessivamente com o empenho centralizador da Coroa. Na Independência, vingou o projeto centralista português, mas o fortalecimento de instituições políticas nível nacional ameaçava os potentados regionais. Por isso, com exceção dos momentos críticos, como a Guerra do Paraguai, essas elites regionais exerceram as pressões suficientes para que fossem reduzidos os orçamentos e efetivos militares, enfraquecendo o principal instrumento de efetivação do poder central.

A criação da Guarda Nacional em 1831 foi ao encontro dos interesses das oligarquias, representadas nas lideranças políticas liberais. Tratava-se de “uma milícia civil, uma força de cidadãos – soldados sob comando regional” (Coelho, 2000:54). Essa instituição iria competir com o Exército no tocante aos recursos humanos, sobrando para este apenas o recrutamento na camada mais pobre da sociedade. A Guarda Nacional receberia também mais prestígio social. “Disponha o Ministério da Justiça que a Guarda Nacional ocuparia sempre o ‘lugar mais distinto’ quando concorresse com o Exército (Coelho, 2000:57), o que contribuía para afastar do Exército as classes mais abastadas.

---

<sup>7</sup> Inclui as faculdades de Direito e Medicina de São Paulo, a Academia de Letras do Rio Grande do Sul, a Universidade do Paraná, a Academia Mineira de Letras entre outras.

A partir do momento em que os representantes das oligarquias regionais constataram que o Exército contava com franco apoio popular, inclusive nas regiões mais remotas e nas periferias das cidades, passaram a tentar instrumentalizá-lo em proveito de seus objetivos políticos (Menezes, 1997:60). Note-se, nesse contexto, que o projeto republicano assumido pelos militares, que paradoxalmente sempre apoiaram o Império e o Estado unitário, coerentes com sua tradição de coesão nacional, veio em benefício das oligarquias regionais em sua ânsia de autonomia, facultando-as a dominar o Estado e implantar o sistema federativo.

Além do liberalismo, outra ideologia – a marxista – tentou realizar seu projeto no País a partir do segundo quartel do século XX<sup>8</sup>. No contexto da Guerra Fria, encontrou nas instituições militares seu principal obstáculo, com a tomada do poder em 1964, com o enfrentamento, inclusive em luta armada, de 1968 a 1973, com o desencadeamento do processo de abertura em 1974, e com o restabelecimento da normalidade democrática a partir de 1984.

### **3.4 Os governos militares**

A tomada do poder no Brasil pelos militares em 1964 é mais frequentemente explicada à luz da Guerra Fria, que recrudescer a partir da Guerra da Coreia, em 1950, ensejando um movimento global de afastamento da democracia. No início dos anos 1970, houve um salto de 13 para 38 governos não democráticos no mundo, resultantes de golpes de Estado. Dos 10 países sul-americanos, 8 teriam governos não-democráticos em 1974 (Huntington, 1994: 30-34).

Stepan (1986) explicou essa expansão do papel dos militares na *polis* pelo conceito de novo profissionalismo. Outros autores, como Joseph Comblin e Manuel Antonio Garreton, explicaram o fenômeno com base na ideologia da “segurança nacional” de Estado (citados por Stepan, 1986: 23-29). Huntington constatou, ainda, como padrão particularmente dominante na América Latina, que quando “sob regime democrático, o radicalismo, a corrupção e a desordem alcançam níveis inaceitáveis, e os militares derrubam-no, com considerável alívio e aclamação da população” (Huntington, 1994: 50).

Os líderes militares perceberam uma ameaça concreta à segurança da sociedade brasileira e à sua identidade. A ordem constitucional e o estado democrático de direito já estariam comprometidos com participação do próprio governante, que corromperia também a relação civil-militar ao ferir a hierarquia, principal pilar da estrutura militar. Assim, percebendo-se como

---

<sup>8</sup> A Intentona Comunista de 1935 é uma das balizas iniciais desse propósito.

única força organizada e legítima em condições de fazer face à ameaça, os militares decidiram tomar o poder para neutralizá-la e restaurar a segurança interna. Viram, ainda, a oportunidade de modernizar o Estado brasileiro<sup>9</sup>, promovendo o desenvolvimento nacional. Ocuparam a arena estatal, instaurando um sistema político denominado por alguns autores como “autoritarismo burocrático” (Huntington, 1994: 29).

No Brasil, a ação repressiva foi menos dolorosa do que em outros países. Num cálculo per capita, pelo menos cem vezes mais pessoas desapareceram no Chile e na Argentina do que no Brasil<sup>10</sup> (Stepan, 1986: 82-83). Outros registros mostram que um 1 cada 50 uruguaios foram presos, centenas foram torturados ou sofreram abusos na Grécia, milhares de romenos tiveram seus direitos humanos violados no governo Ceausescu, enquanto no Brasil foram 81 civis mortos e 45 desaparecidos no combate à guerrilha urbana (Huntington, 1991: 206). Em países como Colômbia ou Peru, os movimentos guerrilheiros prosseguiram, cobrando elevado saldo de mortos e sofrimento prolongado para toda a sociedade, para não falar dos milhões que pereceram nos *gulags* soviéticos.

Ao contrário de outros países e da lógica preconizada pela teoria de Huntington, os governos militares brasileiros compreenderam as prioridades nacionais do momento e, a partir de 1974, reduziram drasticamente o orçamento militar. Em 1981, segundo o SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), o Brasil teria a menor taxa de gastos militares em proporção ao PIB de toda América Latina e, em 1982, a menor taxa de gastos militares em percentual do PIB em relação a todas as democracias do mundo (Stepan, 1986: 85-86).

Contrariando, ainda, o paradigma tradicional no tocante ao imediatismo dos militares em relação a aquisição de armamento, os governos militares brasileiros desenvolveram o complexo civil-militar de defesa ao ponto de tornar o País o quinto maior exportador de armamentos do mundo em 1982<sup>11</sup>.

Via de regra, os governos militares utilizaram formas legalmente sancionadas para conduzir suas ações. A própria estruturação e funcionamento do aparelho de segurança foi

---

<sup>9</sup> Remanescente de uma corrente do pensamento positivista ainda presente na cultura brasileira e na mentalidade de alguns militares, o “castilhismo”, que desaguara na Revolução de 1930 e no governo Vargas, é estudado por Ricardo Velez Rodriguez como forma de modernização do estado patrimonial compatível com a democracia (VELEZ RODRIGUEZ, 1997).

<sup>10</sup> No livro *Nunca Más*, publicado na Argentina, se afirma que ali mais de oito mil pessoas ‘desapareceram’ na violência política. O livro *Brasil Nunca Mais* traz menos de 200 nomes.

<sup>11</sup> A indústria de material de defesa brasileira ficou atrás apenas dos EUA, URSS, França e Alemanha Ocidental, destacando que metade das firmas estavam no setor privado (Stepan, 1986: 93-97).

exemplo disso, fato sem similares em qualquer outra burocracia-autoritária<sup>12</sup> (Stepan, 1986: 101).

O interesse em manter e aumentar o profissionalismo essencialmente militar continuou sendo perseguido, particularmente após a Guerra das Malvinas (Stepan, 1986: 101). Seja nas escolas militares, seja na instrução da tropa, as Forças Armadas continuaram focando seu preparo no emprego convencional. Como exemplo, na Academia Militar das Agulhas Negras, que forma os oficiais do Exército, a carga horária voltada para operações de contraguerrilha não ultrapassou 3 semanas por ano/curso entre 1975 e 1979.

Além dos aspectos citados, os governos militares empreenderam uma série de realizações. Dissolveram a tensão com a Argentina em torno da questão das bacias. Elevaram o PIB brasileiro da 45<sup>a</sup> para 8<sup>a</sup> posição no mundo e aumentaram em cerca de 18 vezes o volume de exportações. Expandiram toda a infraestrutura econômica – viária, energética e de telecomunicações. Multiplicaram por 13 o número de matrículas no curso superior. Modernizaram as leis trabalhistas e o apoio ao trabalhador (Rocha, 2010: 381-383). Assim, os militares brasileiros, ao se afastarem voluntariamente do controle do governo, mantiveram poder e prestígio (Huntington, 1994: 228-237).

---

<sup>12</sup> Talvez por isso, o SNI prosseguiu servindo ao governo civil e sendo bem aceito. Um caso *sui generis*, pois na queda de um regime autoritário, geralmente a polícia secreta é a primeira organização a cair.

#### 4. AS RELACÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL ATUAL

A evolução das relações civis-militares na atualidade acontece sob a influência direta do cenário de segurança internacional que se configurou a partir do fim da Guerra Fria. O esfacelamento da União Soviética e a queda do muro de Berlim marcaram uma profunda mudança no sistema internacional – o fim da bipolaridade e da lógica de segurança decorrente. Para o mundo capitalista, onde o Brasil se inseria, deixou de existir o “perigo comunista”, esvaziando o conceito de “inimigo interno”. A democracia surge, então, como a alternativa natural para os países que endureceram seus regimes para enfrentar esse “inimigo”. Os governos militares perdem sustentação e, de uma forma ou de outra, vão sendo substituídos por governos civis. O equilíbrio da relação civil-militar passa a constituir-se em uma das variáveis relevantes do processo de democratização.

Por outro lado, sem a referência da superpotência hegemônica do bloco, ressurgem antigas rivalidades étnicas, religiosas e políticas, e reacende-se o nacionalismo. Alguns Estados enfrentam dificuldades econômicas que comprometem o atendimento às demandas da sociedade ensejando retrocessos nos caminhos da democratização. Alguns se tornam incapazes de conter problemas internos que transbordam suas fronteiras, representando ameaças a outros Estados, seus cidadãos, suas instituições e até ao meio-ambiente. Aí se inserem, por exemplo, organizações criminosas e grupos radicais.

Ainda como desdobramento do fim da Guerra Fria, grupos radicais islâmicos, incapazes de alcançar seus objetivos regionalmente, passam a visar os Estados Unidos (EUA) e seus aliados como inimigos e a utilizar o terrorismo como instrumento de ação. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA desencadeiam nova lógica de confronto. O cenário se complica com o estabelecimento de conexões entre o crime organizado transnacional e o terrorismo, com possibilidade de acesso a armas de destruição de massa e a recursos cibernéticos.

Assim, a nova realidade empírica revela uma configuração difusa de novas e antigas ameaças, num ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo. As teorias realistas de relações internacionais, às quais está referenciado o paradigma tradicional da relação civi-militar, ficam desacreditadas por não haverem previsto este cenário, abrindo espaço para novas teorias. O liberalismo irá enfatizar a cooperação internacional e o uso das instituições e dos regimes internacionais no equacionamento dos novos desafios. Os construtivistas irão propor uma

dialética entre a realidade e o discurso, afetando a percepção das ameaças e as políticas decorrentes segundo os valores, as crenças e os interesses dos grupos dominantes.

Amplia-se a agenda da segurança internacional. O uso ou não do recurso militar para protagonizar ou apoiar o enfrentamento das novas ameaças é uma decisão política complexa que implica na revisão dos papéis tradicionais das Forças Armadas e, conseqüentemente, da relação civil-militar. O Estado brasileiro se depara com esse dilema na decisão de participar mais ativamente de missões internacionais de paz, na superação de problemas sociais e econômicos persistentes, na contenção do crime organizado que ultrapassa a capacidade dos órgãos de segurança pública e ameaça a soberania do Estado em algumas áreas urbanas, na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no efetivo controle e segurança de vastas áreas terrestres e marítimas sob jurisdição nacional.

#### **4.1 O desencadeamento do processo de democratização**

Há evidências da intenção democrática dos militares brasileiros desde a tomada do poder em março de 1964. A decisão do Governo Castelo Branco de limitar a permanência dos oficiais gerais na ativa e estabelecer critérios de promoção<sup>13</sup> foi emblemática nesse sentido. Visava sobretudo a coibir intenções caudilhistas. Stepan testemunha que nas cinco entrevistas que lhe foram concedidas em 1974, 1981 e 1982 por Golbery, este manifestou a intenção dos governos revolucionários de restabelecer a democracia (Stepan, 1986: 44). O próprio Golbery chamou Huntington a Brasília para discutir o tema da volta do Brasil à plenitude democrática, pois se tratava da “preocupação maior do general e do Governo do Presidente Geisel” (Araripe, 1996).

O governo militar no Brasil foi um exemplo peculiar do autoritarismo burocrático (Huntington, 1994:29). Existiram duas coalisões relativamente delineadas que se alternaram no poder, evitando algumas disfunções do autoritarismo, conhecidas como o grupo da Sorbonne e os nacionalistas. O grupo da Sorbonne chegou ao poder em 1964, sendo afastado quando o General Costa e Silva assumiu a presidência em 1967, e retornando com Geisel em 1974 (Huntington, 1994:58).

Em 1974, quando se considerou que estava restabelecida a ordem no País, o grupo no poder decidiu iniciar o processo de democratização almejado (Huntington, 1994:63-67). Os acadêmicos concordam que o governo militar brasileiro iniciou e controlou o processo de

---

<sup>13</sup> Lei 4.902/1965. Essa norma, que impõe a renovação das elites militares foi seguida sem contestação e até hoje a substituição dos militares se faz em ambiente tranquilo e previsível (Rocha, 2010: 368).

transição por muitos anos, havendo poucas controvérsias a respeito (Huntington, 1994: 118). A principal dificuldade em levar adiante o processo decorreu da crescente autonomia e radicalização ideológica da comunidade de segurança, inclusive após a campanha antiguerrilha de 1969-72 que derrotou todos adversários armados (Stepan, 1986:44). Nunca houve uma séria ameaça ao processo, mas houve, sim, tentativas de desalojar os reformadores do poder, impondo atitudes firmes do governante (Huntington, 1994:139).

O processo de democratização no Brasil transcorreu de modo muito menos traumático do que em outros países, inclusive da América Latina. Para alguns autores, chegou a ser surpreendente que um processo que parecia o mais atrasado entre os países sul-americanos em 1985, quinze anos depois ultrapassara as melhores expectativas, segundo o paradigma tradicional das relações civis-militares (Santos, 1998:116). Explica parcialmente o fenômeno a trajetória de identificação dos militares com a nação e vice-versa, o que emprestaria uma percepção de legitimidade à intervenção militar. A segunda parte da explicação decorre da primeira, correspondendo às ações empreendidas pelos militares durante o regime de exceção e a atitude dos mesmos ao longo do processo de democratização.

A estratégia utilizada pelos governos militares explorou a separação entre a sociedade civil e a sociedade política, iniciando o processo pela liberalização<sup>14</sup> (Stepan, 1986: 11). Nessa fase, destacou-se a decretação da anistia em 1979, essencial à conciliação nacional. Foi aceita pela maior parte da *polis* como uma “anistia mútua”, contrastando nitidamente com a auto-anistia de última hora que militares argentinos e uruguaios tentaram decretar em benefício próprio (Stepan 1986: 82 – 83).

O envolvimento da sociedade política se efetivaria depois da campanha das *diretas-já*, quando os governadores de oposição emergiram como os mais importantes mediadores da negociação (Stepan, 1986:76). O passo seguinte foi a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

#### **4.2 A retomada do controle civil democrático**

A realização de eleições livres é sem dúvida o principal indicador de democracia. Mas é reconhecidamente insuficiente. O controle civil sobre os militares passou também a ser

---

<sup>14</sup> Segmentos-chave da sociedade civil - setores da Igreja e do novo movimento dos trabalhadores – desconfiavam dos políticos de oposição no Congresso. Os estrategistas militares exploraram essa debilidade e atenderam inicialmente a sociedade civil, o que favorecia a gradualidade e segurança do processo - diretriz do Presidente Geisel.

considerado condição necessária e crucial para a consolidação da democracia, referido à teoria da relação civil-militar de Huntington (1957) e, no caso da América Latina, aos trabalhos de Stepan (Santos, 1998:115). Nesse contexto, pode-se destacar as principais medidas tomadas pelos sucessivos governos até a edição da Estratégia Nacional de Defesa.

No Governo Sarney, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Nesse fórum, os militares perseguiram seus interesses institucionais através da negociação, aceitando e se adaptando ao jogo democrático. Muito em função dessa negociação, foi mantido, na nova Constituição, o papel das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem, agora condicionado à iniciativa de um dos poderes constitucionais<sup>15</sup>, além das missões estabelecidas na Constituição anterior. Essas normas seriam complementadas em dispositivos infraconstitucionais. Foi criado o Conselho de Defesa Nacional, composto por civis e pelos ministros das Forças Armadas, abrindo espaço para a participação de civis em assuntos de segurança e defesa. O Presidente Sarney é acusado de ter sido tutelado pelos militares. Por outro lado, os militares, representados principalmente pelo Ministro do Exército, emprestaram-lhe apoio para que assumisse o Governo nos momentos de incerteza que se seguiram a morte de Tancredo Neves, o Presidente eleito.

O Presidente Collor retirou o status ministerial do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e da Casa Militar, reduzindo, assim, de seis para três, os postos de Ministro ocupados por militares. Diminuiu os soldos em termos reais e cortou drasticamente o orçamento militar, impondo o abandono de importantes projetos e comprometendo a capacidade das Forças Armadas de cumprir sua missão constitucional<sup>16</sup>. Apesar de tudo isso, os ministros militares conseguiram manter a coesão e a disciplina nas Forças. Coerentemente, os militares não interferiram no processo de *impeachment* do Presidente, desenvolvido pelo Congresso Nacional e, conforme Santos, “*They proclaimed strict compliance with the Constitution and acted accordingly, a fact in itself extraordinarily relevant for the new democracy*” (Santos, 1998: 121-124).

O Presidente Itamar desfez várias das medidas tomadas por Collor para reduzir as prerrogativas dos militares, e foi além na demonstração de confiança nos militares. Restituiu o status ministerial ao Secretário de Assuntos Estratégicos e aos chefes do EMFA e do Casa

---

<sup>15</sup> Diferente das constituições anteriores, onde as Forças Armadas eram colocadas sob a suprema autoridade do Presidente da República, nos limites da lei e da ordem.

<sup>16</sup> Nesse momento, o equipamento das Forças Armadas já era constituído de material de segunda mão, remanescente da 2ª Guerra Mundial, e o orçamento de defesa estava entre os mais baixos do mundo, menos de 1% do PIB.

Militar, e colocou um Almirante na Chefia da SAE. Designou militares da reserva para ocupar postos elevados da burocracia de modo a prevenir a corrupção. Entretanto, circunstâncias como a crise econômica, a situação crítica de salários e orçamento militar, e os sucessivos escândalos no Congresso fizeram crescer entre os militares o sentimento de que os civis não eram capazes de conduzir o País, abrindo espaço para que empresários contatassem militares clamando por uma intervenção. De novo, os chefes militares foram capazes de controlar as tropas e *“the commitment of the military ministers to the constitutional rules was essential to guarantee this favorable outcome of the events”* (Santos, 1998:124- 126).

O Presidente Fernando Henrique Cardoso viu as Forças Armadas como ator estratégico, reconhecendo sua especificidade, e deu passos importantes na relação civil-militar. Não conseguiu melhorar o orçamento militar, mas liberou recursos das operações de crédito externo para a reativação de alguns projetos militares e a compra dos equipamentos mais necessários. Os soldos foram reajustados e o Congresso aprovou a distinção dos militares em relação aos servidores civis. Visando à integração dos militares com a sociedade, de um lado reforçou a condição da anistia como “perdão mútuo” e, de outro lado, criou a Comissão dos Desaparecidos, reconhecendo a responsabilidade do Estado e pagando às famílias as compensações financeiras julgadas devidas. Criou o Ministério da Defesa como interface entre as esferas civil e militar do Estado. Criou a Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDEN) para discussão dos interesses de Estado (não de Governo), onde foi formulada a primeira Política de Defesa Nacional (PDN), com a participação de ministros civis e militares, e outros convidados. A PDN estabeleceu os objetivos de Defesa, aboliu do conceito de segurança nacional o “inimigo interno” e visualizou ameaças externas, a serem enfrentadas com base na solução pacífica de controvérsias, combinando a ação diplomática e com a existência de uma estrutura militar com capacidade de dissuasão. Nem a sociedade política, nem a sociedade civil se envolveram na definição da PDN ou sua implementação. (Santos, 1998:126-134)

Algumas ações do Governo Lula afetas à relação civil-militar merecem ser ressaltadas. A Política de Defesa Nacional foi atualizada em 2005, desta feita com o envolvimento de acadêmicos, jornalistas, empresários e representantes da sociedade civil nos debates sobre objetivos e estratégias para a Defesa Nacional. Essa PDN reafirmou as tradições de inserção internacional do Brasil e estabeleceu limites para a atuação militar: o entorno estratégico (América do Sul e Atlântico Sul) como limite físico, e a articulação sob controle do MD como

limite institucional (Rocha, 2010: 387). Foi enfatizada a participação das Forças Armadas no desenvolvimento econômico-social do País, incluindo, por exemplo, a construção de estradas e o apoio ao Programa Fome Zero. Foi anunciado, ainda, um papel para as Forças Armadas na Segurança Pública, particularmente no combate ao tráfico de drogas. Mas, certamente, a medida mais importante foi a edição da Estratégia Nacional de Defesa em 2008. (Santos, 1998:135-137)

#### **4.3 Os desenvolvimentos a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END)**

A partir da iniciativa presidencial de instituir um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar a END, caracterizou-se uma alteração do equilíbrio da relação civil-militar no Brasil - doravante a Política de Estado ditará as diretrizes estratégicas para a Defesa, e não mais as próprias instituições militares. Ministros de Estado assistidos pelos Comandantes das Forças, alguns especialistas e representantes de órgãos públicos e privados participaram da elaboração da END, mas ainda não houve um engajamento efetivo do Congresso Nacional ou da sociedade civil. Por outro lado, a END enfatiza o engajamento da Nação em sua própria defesa e apresenta diretrizes nesse sentido.

É orientado como as FA devem se organizar para desempenharem sua destinação constitucional e trata das hipóteses de emprego. Enfatiza setores de importância estratégica - o espacial, o cibernético e o nuclear -, os quais, por sua natureza, extrapolam a competência militar tradicional. Lista objetivos ambiciosos, mas não estabelece prioridades claras e, tampouco, fontes de recursos. Dá diretrizes relativas à indústria nacional, vinculando segurança e desenvolvimento, mais uma vez, ultrapassando as responsabilidades tipicamente militares. Finalmente, orienta a composição dos efetivos das FA, propondo que elas reproduzam a Nação.

A END enfatiza as capacidades inerentes à promoção de ambiente seguro para a sociedade brasileira, uma inovação conceitual que permite atribuir aos militares funções não convencionais. Flexibiliza também o conceito de profissionalização, admitindo a relativização das especializações sob pretexto de maior flexibilidade. Falta definir as condições do emprego das FA em outras dimensões da segurança, como por exemplo, os limites de competência com as forças policiais (Rocha, 2010:395).

A END prevê a reestruturação do Ministério da Defesa, o que de fato já está em curso, com o estabelecimento de um Chefe de Estado-Maior Conjunto, tendente a unificar a interlocução sobre questões militares junto ao Ministro e, quiçás, ser guindado ao cargo de Vice-Ministro, ora inexistente. Prevê também a criação de uma carreira de Estado para funcionários civis – analistas

de defesa – com o fito de contribuir para a interlocução civil-militar em assuntos técnicos e políticos.

Outros dois desenvolvimentos importantes acontecem paralelamente à implementação da END. O primeiro é o incremento da coordenação civil-militar por intermédio do Ministério da Defesa, do que se pode dar alguns exemplos. O estabelecimento e funcionamento de uma Assessoria de Defesa no Ministério das Relações Exteriores tem facilitado a articulação progressiva das duas pastas. A implementação do Plano Estratégico de Fronteiras se prestou à coordenação com o Ministério da Justiça no sentido da conjugação de esforços dos órgãos de segurança pública e das FA para se contrapor às ações do crime organizado transnacional na faixa de fronteira. O recente lançamento da Frente Parlamentar de Defesa, integrada por mais de duzentos deputados sinaliza o interesse latente dos congressistas pelo tema da Defesa, que pode ser explorado pelas assessorias parlamentares do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças.

O segundo é a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional. Com origem em proposição parlamentar, a ideia foi aprovada em lei no ano de 2010. Atende ao imperativo de transparência, tendo contribuído para promover o debate nacional, aproximando civis e militares, e acenando aos países vizinhos a perspectiva de cooperação em face dos novos desafios à segurança (Rocha, 2010: 397).

## 5. CONCLUSÃO

A relação civil-militar no Brasil evoluiu com o processo de democratização desencadeado pelos governos militares a partir de 1974, se aproximando paulatinamente das condições ótimas de equilíbrio segundo o paradigma tradicional. Na dimensão vertical, o exercício do controle objetivo da Política sobre os militares é caracterizado em três vertentes importantes: a existência de um marco legal (e legítimo), a consolidação do Ministério da Defesa como interface entre o político e o militar, e a aceitação plena das regras democráticas pelos militares.

A Constituição Federal de 1988, que representa a vontade nacional, define as missões das Forças Armadas, sendo complementada e regulamentada por legislação infraconstitucional. Desta forma, o ordenamento jurídico nacional prevê o emprego das Forças Armadas em missões ditas tradicionais – defesa da Pátria -, outras legitimadas historicamente – garantia da lei e da ordem -, e outras consentâneas com a realidade do Brasil e do mundo atual como o apoio ao desenvolvimento econômico-social do País e a participação em missões de paz. A Política de Defesa Nacional define os objetivos de Defesa, e estabelece o limites de atuação institucional e geográfica das instituições militares. A Estratégia Nacional de Defesa (END) baixa diretrizes para a organização das Forças, para a indústria brasileira de material de defesa e para a composição dos efetivos militares. Trata das hipóteses de emprego, define setores estratégicos para a atuação das forças, e orienta a profissionalização militar. Desta maneira, o controle político define, com clareza e respaldo legal, os papéis e os limites de atuação das instituições militares, orientando-as à profissionalização, mesmo num cenário que exige sua participação em missões não tradicionais.

No Ministério da Defesa, os militares, representados pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto (CEMCFA) assessoram o poder político, representado pelo Ministro de Estado, na condução da Política de Defesa. Para isso, o CEMCFA conta com equipes especializadas nas áreas de Preparo e Emprego das Forças, Política, Estratégia militares, Inteligência de Defesa, Assuntos Internacionais, e Logística, constituídas por representantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, encabeçadas por oficiais-generais do último posto. Por outro lado, o Ministro conta com a assessoria civil em assuntos como Pessoal, Produtos de Defesa, Organização Institucional, Planejamento Estratégico e Comunicação, bem como uma Consultoria Jurídica e uma Secretaria de Controle Interno.

Os militares aceitam, plena e conscientemente, as regras democráticas. Compreendendo o caráter transitório do período anterior, os Presidentes militares foram os primeiros a contribuir para o retorno do País à normalidade democrática após superadas as ameaças à sociedade e ao Estado brasileiro inerentes ao contexto da Guerra Fria. Durante os sucessivos governos civis, reiteradamente confirmaram concretamente o compromisso com a democracia, mesmo a custo de enorme sacrifício corporativo. Os pontos de vista militares são defendidos no âmbito do Ministério da Defesa, no crescente relacionamento com outros Ministérios e, por intermédio das assessorias parlamentares, no Congresso Nacional, obedecidas invariavelmente as regras democráticas.

Na dimensão horizontal, em que pese a boa imagem e confiabilidade que gozam as instituições militares na sociedade brasileira, todavia há importantes lacunas a serem preenchidas: o desconhecimento dos temas de Defesa pela maioria da sociedade civil e o desinteresse da sociedade política em se engajar mais decididamente nas questões de Defesa, inclusive para exercer efetivamente seu papel no controle. No primeiro caso, as diretrizes da PDN e da END em implementação, e a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional prometem atenuar o problema. No segundo caso, ausente uma ameaça externa de vulto, é improvável um engajamento maior da classe política a despeito das iniciativas de um e outro parlamentar, e do esforço Ministerial ou dos Comandos das Forças, particularmente por intermédio de suas assessorias parlamentares. Contudo, não se pode afastar a possibilidade de uma mudança de atitude decorrente de pressões da sociedade civil.

O paradigma tradicional da relação civil-militar apresenta três limitações críticas para explicar o fenômeno no Brasil. Primeira, não considera a identidade histórico-cultural do País, o que a END resgata ao reconhecer e enfatizar a identificação da Nação com as Forças Armadas e vice-versa, traduzindo essa ideia em diretrizes. Segunda, prevê o emprego das Forças Armadas exclusivamente para a segurança militar. Terceira, trata a relação somente pelo ponto de vista do controle civil, sem considerar a necessidade de coordenação, conhecimento e confiança mútua entre as partes. É preciso que o Estado e a sociedade, representados na autoridade política, conheçam a natureza e o valor do instrumento militar que têm à disposição, e confiem nele, para fortalecê-lo e empregá-lo adequadamente em benefício da nação. Em última análise, não só o equilíbrio da relação civil-militar no Brasil depende disso, como a própria segurança do Estado e da nação.

## REFERÊNCIAS

A DEFEZA NACIONAL. Editorial. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro, n 1, p. 1-3, 1913.

ARARIPE, Luiz de Alencar. Prefácio à obra “O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares”, de Samuel Huntington. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

BILAC, Olavo. A defesa nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

BONFIM, Manoel. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprova a Estratégia Nacional de Defesa.

BRASIL. Regulamento do Ensino nas Instituições Militares de Ensino. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1890.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GAITÁN, Guillermo A. Pacheco. Las Relaciones Político-Militares en Democracia: los ministerios de Defensa. Security and Defense Studies Review, Spring-Summer Issue, 2010.

HAYES, Robert Ames. Nação Armada: a mística militar brasileira; Trad. Dely G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P.. A Terceira Onda: a democratização no final do século XX. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

MENEZES, Delano Teixeira. O Militar e o Diplomata: Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

MHN – Anais do Museu Histórico Nacional, v. 28, p.15735, 1996.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da (Org.). Militares e Política no Brasil. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa. Livro 3, v. 1, Brasília, 2010.

SANTOS, Maria Helena de Castro. The Brazilian Military in Post-Democratic Transition. Paper presented to the conference *Confronting Non-Democratic Legacies during Democratic Deepening: Latin America and Southern Europe in Comparative Perspective*, Universidad Torcuato de Tella, Buenos Aires, 27-29 August, 1998.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova republica*. Trad. Adriana Lopez e Ana Luiza Amendola. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1997.